



JUCESF PROTOCOLO  
0.593.643/15-0



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA LC-EH PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.**

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **LC-EH PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 454 – 7º Andar – Conjunto 71, Sala 02, Vila Nova Conceição, CEP: 04544-051, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.986.755/0001-32, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE nº 35.300.198.310, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente "Debenturista"),

(b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Avenida das Américas, n.º 4200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304 – Barra da Tijuca, CEP: 22640-102, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

e, na qualidade de intervenientes garantidores,

(c) **SR. LAERCIO JOSE DE LUCENA COSENTINO**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 454 – 7º Andar – Conjunto 71, Sala 02, Vila Nova Conceição, CEP: 04544-051, portador da cédula de identidade RG nº 8.347.779, inscrito no CPF/MF sob o nº 032.737.678-39 ("Laercio"); e

P

me

(d) **SR. ERNESTO HABERKORN**, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, empresário, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 454 – 7º Andar – Conjunto 71, Sala 02, Vila Nova Conceição, CEP: 04544-051, portador da cédula de identidade RG nº 29.690.316, inscrito no CPF/MF sob o nº 029.258.698-15 ("Ernesto" e, em conjunto com Laercio, os "Fiadores");

E, como cônjuge do Sr. Laercio, expressamente anuindo com a outorga da Fiança (conforme definida abaixo):

(e) **SRA. MARIA CÂNDIDA JUNQUEIRA NUNES COSENTINO**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, analista de sistemas, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 454 – 7º Andar – Conjunto 71, Sala 02, Vila Nova Conceição, CEP: 04544-051, portadora da cédula de identidade RG nº 15.852.050-6 SSP/P, inscrita no CPF/MF sob o nº 141.478.988-23 ("Maria");

vêm por esta firmar, na melhor forma de direito, o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da LC-EH Participações e Empreendimentos S.A." ("Escritura de Emissão"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA DA AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA EMISSÃO**

1.1. A presente Escritura de Emissão é firmada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 19 de junho de 2015 ("AGE"), na qual foram deliberadas as condições da Emissão (conforme abaixo definido), e (i) aprovada a Oferta Restrita (conforme abaixo definido); (ii) aprovados os Contratos de Garantia (conforme abaixo definido); e (iii) autorizada a Diretoria da Emissora a celebrar todos e quaisquer documentos e tomar todas e quaisquer medidas necessárias à execução e conclusão da Emissão, conforme disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

#### **CLÁUSULA SEGUNDA DOS REQUISITOS**



2.1. A 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional, em série única ("Emissão"), para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

## **2.2. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários**

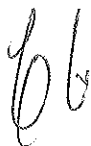
2.2.1. A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

## **2.2. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais**

2.2.1 A Oferta Restrita poderá vir a ser objeto de registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), nos termos dos parágrafos primeiro, inciso I e segundo do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" atualmente em vigor, exclusivamente para fins de informar a base de dados da ANBIMA, após a expedição, até a data de comunicação de encerramento da Oferta Restrita, de diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.

## **2.3. Arquivamento na JUCESP e Publicação da Ata da AGE**

2.3.1. A ata da AGE que deliberou a Emissão será arquivada na JUCESP e publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo; e (ii) Jornal "Diário Comercial", em atendimento ao disposto no inciso I do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.



## **2.4. Registro da Escritura de Emissão**

2.4.1. Esta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão protocolados para registro na JUCESP em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data da respectiva assinatura, de acordo com o inciso II e o parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser entregue ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original do respectivo documento registrado tempestivamente após a obtenção do registro junto à JUCESP.

2.4.2. Caso a Emissora não providencie o registro previsto neste item 2.4.1., o Agente Fiduciário poderá, nos termos do artigo 62, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, promover o registro acima previsto, devendo a Emissora arcar com os respectivos custos de tais registros, sem prejuízo da ocorrência de descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora.

## **2.5. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica**

2.5.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP.

2.5.2. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.3. Não obstante o descrito no item 2.5.2. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido no item 3.9.3. abaixo), depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos contados da data de cada subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e desde que observado o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

## **2.6. Registro da Garantia Fidejussória**

pl

p

me 0

2.6.1. Em função da garantia fidejussória prestada pelos Fiadores nos termos do item 4.16. abaixo, a presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão protocolados para registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes ou domicílio da Emissora, do Agente Fiduciário e dos Fiadores, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data da respectiva assinatura, na forma prevista nos artigos 129 e 130 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada.

2.6.2. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, devidamente registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes ou domicílio da Emissora, do Agente Fiduciário e dos Fiadores, tempestivamente após a obtenção dos referidos registros.

2.6.3. Caso a Emissora não providencie o registro previsto neste item 2.6.1., o Agente Fiduciário poderá promover o registro acima previsto, devendo a Emissora arcar com os respectivos custos de tais registros, desde que devidamente comprovados, sem prejuízo da ocorrência de descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora.

## **2.7. Registro das Garantias Reais**

2.7.1. O instrumento particular de alienação fiduciária de ações ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações") referente à Alienação Fiduciária de Ações da Totvs (conforme definido abaixo) será registrado no prazo e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos indicados no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, e averbado nos livros da instituição depositária, nos termos do artigo 40, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, tendo em vista que as Ações Oneradas são escriturais e mantidas em conta de depósito em nome da Emissora.

2.7.2. O instrumento particular de cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos sobre conta ("Contrato de Cessão Fiduciária", em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, os "Contratos de Garantia") referente à Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo) será registrado no prazo e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos indicados no Contrato de Cessão Fiduciária.

2.7.3. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original de cada um dos respectivos Contratos de Garantia e eventuais aditamentos, devidamente registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes ou domicílio da Emissora, do Agente Fiduciário e dos Fiadores, tempestivamente após a obtenção dos referidos registros.



P



## **CLÁUSULA TERCEIRA DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

### **3.1. Objeto Social**

3.1.1. A Emissora tem por objeto social a participação em empreendimentos comerciais, industriais e de serviços, a administração de bens próprios ou de terceiros, inclusive investimentos, a realização de empreendimentos por sua própria conta ou de terceiros e a participação como sócia ou acionista no capital de outras empresas.

### **3.2. Série**

3.2.1. A Emissão será realizada em uma única série.

### **3.3. Valor Total da Emissão**

3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão").

### **3.4. Quantidade de Debêntures**

3.4.1. Serão emitidas 500 (quinhentas) Debêntures ("Debêntures").

### **3.5. Destinação dos Recursos**

3.5.1. Os recursos obtidos por meio da Emissão deverão ser utilizados pela Emissora e/ou pelos Fiadores em favor da sociedade VIP VII Empreendimentos e Participações Ltda., sociedade empresária limitada sediada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Braz Leme, nº 1399, CEP 02511-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.284.022/0001-47 ("VIP VII"), para que esta última realize (i) o pagamento de todos os empréstimos bancários e operações de derivativos contraídos até a Data da Primeira Integralização (conforme definido abaixo) pela VIP VII junto ao Banco ABC Brasil S.A., instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN, constituída sob a forma de sociedade por ações, com estabelecimento na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.195.667/0001-06 ("Banco ABC"); e (ii) o desenvolvimento do imóvel objeto do "Contrato de

pb

A

me 0

Locação com Condição Suspensiva e Outras Avenças”, celebrado entre VIP VII, na qualidade de locadora, e a Totvs, na qualidade de locatária (“Contrato de Locação”).

### **3.6. Número da Emissão**

3.6.1. Esta Escritura de Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

### **3.7. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário**

3.7.1. O liquidante da Emissão será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza, 100, Torre Itaúsa, CEP 04344-902, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 (“Banco Liquidante”). O banco escriturador mandatário das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar, CEP 04538-132, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 (“Escriturador Mandatário”).

### **3.9. Colocação**

3.9.1. As Debêntures serão objeto da Oferta Restrita, a qual será realizada sob regime de garantia firme para o montante de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões), com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de valores mobiliários na qualidade de instituição intermediária líder da Oferta Restrita (“Coordenador Líder”), nos termos do “Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, com Esforços Restritos de Distribuição, sob o Regime de Garantia Firme, da 1ª Emissão da LC-EH Participações e Empreendimentos S.A.”, a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder (“Contrato de Distribuição”).

3.9.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 (“Plano de Distribuição”) e no Contrato de Distribuição. O Coordenador poderá acessar no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados.

3.9.3. O público alvo da Oferta Restrita será composto por investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º409, de 18 de agosto de 2004,



P



conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado ainda o disposto nos incisos I e II do artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").

3.9.3.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução CVM 409, para fins da Oferta Restrita: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.9.3.2 Os fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para fins dos limites previstos no item 3.9.2 acima.

3.9.4. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ser aumentadas em nenhuma hipótese.

3.9.5. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da CETIP, e com o Plano de Distribuição descrito nesta Cláusula Terceira.

3.9.6. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e poderá vir a ser registrada na ANBIMA; e (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições.

3.9.7. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

3.9.8. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.



P

8





## **CLÁUSULA QUARTA DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

### **4.1. Data de Emissão das Debêntures**

4.1.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 19 de junho de 2015 ("Data de Emissão").

### **4.2. Valor Nominal Unitário das Debêntures**

4.2.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$100.000,00 (cem mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

### **4.3. Forma, Conversibilidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures**

4.3.1. As Debêntures serão da forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautela ou certificados, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.3.2. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

### **4.4. Espécie**

4.4.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional na forma de fiança prestada pelos Fiadores, conforme descrita no item 4.16. abaixo.

### **4.5. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização**

4.5.1. O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário, ou seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, conforme o caso, utilizando-se 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento ("Preço de Subscrição").

4.5.2. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário. A integralização será realizada à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição ("Data de

pl

P

me

Integralização"), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP, em valor correspondente ao Preço de Subscrição.

#### **4.6. Prazo de Vigência e Data de Vencimento**

4.6.1. Ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo) e/ou de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vigência de 30 (trinta) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 19 de dezembro de 2017 ("Data de Vencimento").

#### **4.7. Amortização**

4.7.1. A amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures será realizada em parcela única, na Data de Vencimento, portanto, em 19 de dezembro de 2017 ("Data de Amortização"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, ou de resgate antecipado previstas nesta Escritura de Emissão.

#### **4.8. Remuneração**

4.8.1. Atualização Monetária. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

4.8.2. Remuneração. Sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido) incidirão, a partir da data da primeira integralização das Debêntures ("Data da Primeira Integralização"), juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra grupo*", expressa na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI-Over"), acrescida de uma sobretaxa de 3,75% (três inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração").

4.8.2.1. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa utilizando-se o critério *pro rata temporis*, desde a Data da Primeira Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data

pb

P

me 0

do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo).

4.8.2.2. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1)$$

onde,

J = valor da Remuneração devida a cada uma das Debêntures ao final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures informado, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de sobretaxa calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

FatorDI = produtório das Taxas DI-Over, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde,

k = número de ordem de  $TDI_k$ , variando de 1 (um) até  $n_{DI}$ ;

$n_{DI}$  = número total de Taxas DI-Over, consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

$TDI_k$  = Taxa DI-Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

$DI_k$  = Taxa DI-Over, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde,

spread = 3,7500 (três inteiros e setenta e cinco centésimos); e

DP = É o número de Dias Úteis entre a Data da Primeira Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.8.2.3. Período de Capitalização. Para fins da Remuneração, "Período de Capitalização" significa o intervalo de tempo que se inicia na Data da Primeira Integralização (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), nos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do efetivo pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.8.2.4. Observações aplicáveis ao cálculo da Remuneração:

- (a) O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$ , é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;

pb

P

me

- (b) Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (c) Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "FatorDI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (d) O fator resultante da expressão  $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- (e) A Taxa DI-Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

4.8.2.5. Observado o disposto na Clausula 4.8.2.6 abaixo, se, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, a Taxa DI-Over não estiver disponível, será utilizado, em sua substituição, a última Taxa DI-Over divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Emissora e/ou Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI-Over.

4.8.2.6. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI-Over por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI-Over às Debêntures por proibição legal ou judicial ("Evento de Ausência da Taxa DI-Over"), o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data do Evento de Ausência da Taxa DI-Over, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para os Debenturistas deliberarem, em comum acordo e de boa fé com a Emissora, e observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época e que reflita remuneração semelhante à Remuneração das Debêntures. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI-Over, a última Taxa DI-Over divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e/ou Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures. Caso a Taxa DI-Over volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral dos Debenturistas prevista acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada, e a Taxa DI-Over, a partir da sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas na Escritura de Emissão.

pb

P

me 0

Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração das Debêntures entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures, a Emissora se obriga, desde já, a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido) das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, caso em que, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI-Over, a última Taxa DI-Over divulgada oficialmente.

4.8.3. Data de Pagamento da Remuneração. A Remuneração será paga semestralmente, a partir do 12º (décimo segundo) mês contados da Data de Emissão, em 4 (quatro) parcelas, conforme a tabela a seguir ("Data de Pagamento da Remuneração"):

PARCELA	DATA DE PAGAMENTO
1ª	19 de junho de 2016
2ª	19 de dezembro de 2016
3ª	19 de junho de 2017
4ª	Data de Vencimento

4.8.3.1. Farão jus aos pagamentos aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

4.8.4. Saldo do Valor Nominal Unitário. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Saldo do Valor Nominal Unitário" significa (i) o Valor Nominal Unitário, caso o Valor Nominal Unitário não tenha sido amortizado, ou (ii) o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures remanescente após a realização da última amortização, se for o caso.

#### **4.9. Repactuação Programada**

4.9.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

#### **4.10. Forma e Local de Pagamento**

pl

P

me 6

4.10.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador Mandatário, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

#### **4.11. Prorrogação dos Prazos**

4.11.1. Caso uma determinada data de vencimento coincida com dia que não seja Dia Útil, ou qualquer dia no qual não haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Ressalvadas as hipóteses em que o pagamento seja realizado através da CETIP, hipótese em que somente serão prorrogados quando coincidirem com sábado, domingo e/ou feriado declarado nacional.

4.11.2. Para fins da presente Escritura de Emissão, a expressão "Dia Útil" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

#### **4.12. Multa e Juros Moratórios**

4.12.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração devida nos termos desta Escritura de Emissão, ficarão sujeitos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, aos seguintes ("Encargos Moratórios"):

- (i) a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois inteiros por cento); e
- (ii) a juros moratórios à razão de 1% (um inteiro por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento.

#### **4.13. Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

4.13.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.12. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe

pb

r

me

dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora ao Debenturista, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a referida data.

#### **4.14. Publicidade**

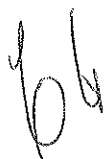
4.14.1. Os atos ou decisões relevantes tomadas pela Emissora relacionadas à Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver os interesses dos Debenturistas, serão publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" nos jornais usualmente utilizados pela Emissora, quais sejam: o (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo; e (ii) Jornal "Diário Comercial", bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores – internet ([www.lceh.com.br](http://www.lceh.com.br)). Caso altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, a Emissora deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo. A publicação do referido "Aviso aos Debenturistas" poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os Debenturistas com cópia para o Agente Fiduciário.

#### **4.15. Imunidade ou Isenção de Debenturistas**

4.15.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 2 (dois) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

#### **4.16. Garantias**

4.16.1. A fim de garantir o integral, fiel e pontual pagamento e cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes ou futuras, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora e/ou pelos Fiadores, perante os Debenturistas no âmbito desta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, o que inclui, mas não se limita, ao pagamento das Debêntures, abrangendo o Saldo do Valor Nominal Unitário, a Remuneração, bem como todos e quaisquer outros pagamentos devidos pela Emissora, no âmbito da Emissão, incluindo o pagamento dos custos, comissões, encargos e despesas da Emissão e a totalidade das obrigações acessórias, tais como, mas não se limitando, Encargos Moratórios, multas, penalidades, despesas, custas, honorários arbitrados em juízo, comissões e demais encargos



A





contratuais e legais previstos, bem como a remuneração do Agente Fiduciário, do Escriturador Mandatário e do Banco Liquidante e todo e quaisquer custos ou despesas comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas dos Debenturistas decorrentes das Debêntures, desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia ("Obrigações Garantidas"), a presente Emissão contará com a Fiança, a Alienação Fiduciária de Ações e a Cessão Fiduciária (em conjunto, as "Garantias") nos termos e prazos previstos nesta Escritura de Emissão e nos respectivos Contratos de Garantia.

4.16.1.1. No exercício do seu direito, o Agente Fiduciário e/ou o(s) Debenturista(s) poderá(ão) executar livremente quaisquer das Garantias, quantas vezes julgar(em) necessário, na ocorrência de inadimplemento por parte da Emissora de qualquer das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, não havendo qualquer ordem de preferência.

4.16.1.2. O Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes para, em nome da Emissora, promover o registro das Garantias, caso a Emissora não o faça, às expensas da Emissora, nos termos do artigo 62, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações. A eventual realização dos registros pelo Agente Fiduciário não descaracterizará o inadimplemento de obrigação não pecuniária por parte da Emissora, nos termos da presente Escritura de Emissão.

4.16.2. Fiança. Como garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Debêntures, os Fiadores prestam fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, bem como a seus sucessores a qualquer título, solidariamente responsáveis entre si e a Emissora como fiadores e principais pagadores de todos os valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão, nos termos descritos a seguir ("Fiança").

4.16.2.1. Os Fiadores declaram-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, solidariamente fiadores e principais pagadores da totalidade das Obrigações Garantidas.

4.16.2.2. As Obrigações Garantidas serão pagas pelos Fiadores no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário a quaisquer dos Fiadores notificando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora, inclusive quando da declaração de vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto na Cláusula Quinta abaixo, conforme o caso, nos termos

pb

P

me

desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pelos Fiadores de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão, fora do ambiente da CETIP.

4.16.2.3. Os Fiadores declaram que são legalmente capazes e estão aptos a prestar a Fiança, e expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 821, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil") e artigos 77 e 595, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

4.16.2.4. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pelos Fiadores com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.16.2.5. As obrigações dos Fiadores aqui assumidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-los de suas obrigações ou afetá-los, incluindo, mas não se limitando, em razão de: (a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora e os Debenturistas; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou falência.

4.16.2.6. Os Fiadores sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que os Fiadores obrigam-se a somente exigir tais valores da Emissora após as Obrigações Garantidas terem sido integralmente cumpridas.

4.16.2.7. Os Fiadores concordam e obrigam-se a, caso recebam qualquer valor da Emissora em decorrência de qualquer valor que tiverem honrado nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão antes da integral quitação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão, repassar, no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data de seu recebimento, tal valor ao Agente Fiduciário, para pagamento aos Debenturistas.

4.16.2.8. As Obrigações Garantidas serão pagas pelos Fiadores, de forma solidária, podendo o



P



Agente Fiduciário exigir o pagamento integral por qualquer dos Fiadores, que deverá ser realizado no prazo mencionado no item 4.16.2.2. acima.

4.16.2.9. Todo e qualquer pagamento realizado pelos Fiadores em relação à Fiança ora prestada será efetuado de modo que os Debenturistas recebam dos Fiadores os valores que seriam pagos caso o pagamento fosse efetuado pela própria Emissora.

4.16.2.10. A notificação mencionada no item 4.16.2.2. acima deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ciência da ocorrência de falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura de Emissão ou quando da declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

4.16.2.11. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, em nenhuma hipótese, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até que as Obrigações Garantidas sejam integralmente cumpridas, devendo o Agente Fiduciário, para tanto, notificar imediatamente a Emissora e os Fiadores.

4.16.2.12. Os Fiadores poderão efetuar o pagamento das Obrigações Garantidas, independentemente do recebimento da notificação a que se refere o item 4.16.2.2. acima.

4.16.2.13. A presente Fiança permanecerá válida e plenamente eficaz em todos os seus termos, mesmo em caso de aditamentos, alterações e/ou modificações das condições firmadas nas Debêntures, na Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia, no Contrato de Distribuição e/ou nos demais documentos da Oferta Restrita, desde a Data de Emissão até o pagamento integral das Obrigações Garantidas.

4.16.2.14. Todos e quaisquer pagamentos realizados pelos Fiadores em decorrência da Fiança serão realizados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, devendo os Fiadores pagarem as quantias adicionais que sejam necessárias para que os Debenturistas recebam, após tais deduções, recolhimentos ou pagamentos, uma quantia equivalente à que teria sido recebida se tais valores não fossem devidos. Tal previsão inclui quaisquer majorações das alíquotas dos tributos já mencionados existentes.

pl

P

me

4.16.2.15. No caso de falecimento ou interdição de qualquer um dos Fiadores, o seguinte procedimento deverá ser observado, sob pena de decretação do vencimento antecipado, conforme indicado na Cláusula 5.1. abaixo:

- (i) a Emissora deverá indicar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de 12 (doze) Dias Úteis contados do falecimento ou interdição, outro(s) fiador(es) para substituir(em) o fiador falecido ou interditado ("Novo Fiador") e/ou eventuais outras novas garantias ("Novas Garantias");
- (ii) os Debenturistas representantes de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em circulação, deverão aprovar em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, dentro do prazo de 13 (treze) Dias Úteis contados da indicação referida no inciso (i) acima, o Novo Fiado e/ou as Garantias Substitutas; e
- (iii) a prestação da fiança pelo Novo Fiador e/ou as Garantias Substitutas deverão ser formalizadas dentro do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da aprovação referida no inciso (ii) acima, com o devido registro do aditamento à Escritura de Emissão e/ou eventuais instrumentos de garantia na JUCESP e nos cartórios de registro competentes, conforme aplicável.

4.16.3. Garantias Reais. As Debêntures contarão ainda com as seguintes garantias reais:

4.16.3.1 Alienação fiduciária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Totvs S.A., sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a CVM, sediada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Braz Leme, nº 1.631, 2º andar, Bairro Jardim São Bento, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 53.113.791/0001-22 ("Ações Totvs" e "Totvs" respectivamente), de titularidade da Emissora em quantidade suficiente para representar, na Data da Primeira Integralização, no mínimo, 130% (cento e trinta por cento) do Saldo do Valor Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração ("Ações Totvs Oneradas", "Alienação Fiduciária de Ações da Totvs" e "Nível de Garantia Inicial", respectivamente). A Alienação Fiduciária de Ações da Totvs abrange quaisquer bens em que as Ações Totvs Oneradas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), todas as ações que, a partir desta data, sejam atribuídas à Emissora ou aos seus eventuais sucessores legais, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de

pb

p

ne o

direito de preferência das Ações Oneradas, distribuição de bonificações, conversão de debêntures de emissão da Totvs e demais direitos que venham a substituir as Ações Totvs Oneradas, em razão de cancelamento dessas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Totvs, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Totvs.

4.16.3.1.1. Cessão fiduciária dos dividendos, juros sobre capital próprio e/ou quaisquer direitos decorrentes das Ações Totvs Oneradas, bem como de todos os direitos de crédito e recursos depositados ou existentes na conta corrente vinculada de titularidade da Emissora, mantida e movimentada exclusivamente pelo Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária ("Cessão Fiduciária").

4.16.3.1.2. Durante todo o Prazo da Vigência das Debêntures ou até o cumprimento das Obrigações Garantidas, o valor das Ações Totvs Oneradas deverá ser equivalente a, no mínimo, 110% (cento e dez por cento) do Saldo do Valor Unitário acrescido da Remuneração ("Índice de Garantia Real").

4.16.3.1.3. As obrigações da Emissora de reforço e complemento do Índice de Garantia Real, bem como a periodicidade de sua apuração, deverão observar os procedimentos previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações.

4.16.3.1.4. Sem prejuízo do disposto no item 4.16.3.1.5. abaixo, a fim de garantir a manutenção do Índice de Garantia Real, além das Ações Totvs Oneradas, a Emissora se obriga neste ato, a não alienar, ceder, transferir, vender, oferecer à venda, emprestar, locar, conferir ao capital, instituir usufruto ou fideicomisso, ou de qualquer outra forma dispor, total ou parcialmente, direta ou indiretamente, de 2.676.099 (duas milhões, seiscentas e setenta e seis mil e noventa e nove) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Totvs e de titularidade das Emissora ("Ações em Negative Pledge"), incluindo quaisquer bens em que as Ações em *Negative Pledge* sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), todas as ações que, a partir desta data, sejam atribuídas à Emissora ou aos seus eventuais sucessores legais, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das Ações em *Negative Pledge*, distribuição de bonificações, conversão de debêntures de emissão da Totvs e demais direitos que venham a substituir as Ações em *Negative Pledge*, em razão de cancelamento dessas, incorporação (inclusive, mediante incorporação de ações), fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Totvs, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações.

ph

A

me

4.16.3.1.5. As Ações em *Negative Pledge* poderão, a critério da Emissora, mediante tempestiva notificação ao Agente Fiduciário e sem que haja necessidade de autorização prévia dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, ser (i) oneradas a qualquer momento em favor dos Debenturistas, desde que esta oneração seja realizada na forma de alienação fiduciária com o propósito de recomposição do Nível de Garantia Inicial nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; e (ii) alienadas a partir do 18º (décimo oitavo) mês contados da Data de Emissão, ou seja, a partir de 19 de dezembro de 2016, desde que o produto de referida alienação seja integralmente utilizado dentro do prazo de 2 (dois) Dias Úteis para a realização de Amortização Extraordinária ou Resgate Antecipado Facultativo nos termos previstos na presente Escritura de Emissão.

#### **4.17. Amortização Extraordinária Facultativa**

4.17.1. Não obstante o disposto no item 4.7. acima, a Emissora poderá realizar, a partir do 18º (décimo oitavo) mês contados da Data de Emissão, ou seja, a partir de 19 de dezembro de 2016, a seu exclusivo critério, a amortização extraordinária do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Amortização Extraordinária"). A Amortização Extraordinária estará limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Saldo do Valor Nominal Unitário e deverá ser precedida de notificação escrita aos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário e à CETIP, ou de publicação na forma de "Aviso aos Debenturistas", nos termos do item 4.14.1, com antecedência mínima de 10 (dez) dias à realização do pagamento da Amortização Extraordinária ("Notificação da Amortização Extraordinária").

4.17.2. A Notificação de Amortização Extraordinária deverá conter: (i) data indicada para o pagamento da Amortização Extraordinária ("Data de Amortização Extraordinária"); (ii) o percentual do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto da Amortização Extraordinária (iii) menção de que a Remuneração será calculada *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Amortização Extraordinária acrescida de demais encargos devidos e não pagos até a Data de Amortização Extraordinária; e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária.

4.17.3. O pagamento da Amortização Extraordinária deverá ser realizado de acordo com o disposto no item 4.10. acima, na data indicada na Notificação da Amortização Extraordinária, e

ph

me

deverá abranger de forma proporcional todas as Debêntures. Caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, o evento seguirá os procedimentos previstos pela CETIP.

4.17.4. Caso após a realização de uma Amortização Extraordinária, o Saldo do Valor Nominal Unitário se torne inferior a 2% (dois por cento) do Valor Total de Emissão, conforme apurado pelo Agente Fiduciário e validado pela Emissora, a Emissora não poderá realizar outra Amortização Extraordinária, devendo, se o desejar, realizar o Resgate Antecipado da totalidade das Debêntures, nos termos do item 4.18. abaixo.

#### **4.18. Oferta de Resgate Antecipado**

4.18.1. A Emissora poderá, a partir do 18º (décimo oitavo) mês contados da Data de Emissão, ou seja, a partir de 19 de dezembro de 2016, a seu exclusivo critério, realizar oferta de resgate antecipado total das Debêntures, com seu consequente cancelamento ("Resgate Antecipado Facultativo"), por meio de oferta de resgate antecipado ("Oferta de Resgate Antecipado Facultativo"), que deverá ser endereçada a todos os Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário e à CETIP, ou publicada na forma de "Aviso aos Debenturistas", nos termos do item 4.14.1, sem qualquer distinção, sendo-lhes assegurada a igualdade de condições para aceitar o resgate de Debêntures de sua titularidade.

4.18.2. O Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures será realizado mediante o pagamento do Saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido (i) da Remuneração, calculada desde a Data da Primeira Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Resgate Antecipado Facultativo, *pro rata temporis*, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, *pro rata temporis*, (ii) dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão até a data do efetivo resgate (os itens (i) e (ii), em conjunto, o "Valor do Resgate Antecipado Facultativo").

4.18.3. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, a operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo seguirá os procedimentos adotados pela CETIP, a qual deverá ser notificada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis de sua realização. Adicionalmente, a Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo deverá ser enviada ao Banco Liquidante, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da data do Resgate Antecipado Facultativo.

pl

P

me

#### **4.19. Resgate Antecipado Obrigatório**

4.19.1. Caso a Emissora, os Fiadores e/ou a VIP VII realize qualquer operação financeira e/ou no mercado de capitais que preveja a cessão ou, de qualquer maneira, onere quaisquer dos direitos creditórios advindos do Contrato de Locação, seja em benefício próprio, da Emissora, dos Fiadores ou de qualquer outro terceiro, a Emissora e/ou os Fiadores deverão efetuar o resgate antecipado total das Debêntures, com seu consequente cancelamento ("Resgate Antecipado Obrigatório").

#### **4.20. Aquisição Facultativa**

4.20.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, observados os prazos estabelecidos na Instrução CVM 476, adquirir Debêntures, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou serem novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures.

### **CLÁUSULA QUINTA DO VENCIMENTO ANTECIPADO**

5.1. As Debêntures serão consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se exigíveis da Emissora e dos Fiadores o pagamento do Saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo dos demais valores devidos no âmbito da Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, na ocorrência das hipóteses descritas nos itens 5.1.1. e 5.1.2. abaixo, observados os respectivos procedimentos e eventuais prazos de cura, quando aplicáveis ("Eventos de Vencimento Antecipado").

5.1.1. Eventos de Vencimento Antecipado Automático: Observados os prazos de cura, quando aplicáveis, a ocorrência de quaisquer dos eventos indicados neste item 5.1.1. acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso extrajudicial, interpelação judicial, notificação prévia à Emissora ou consulta aos Debenturistas ("Eventos de Vencimento Antecipado Automático").



- (a) inadimplemento pela Emissora e/ou pelos Fiadores de quaisquer obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas, previstas nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia, sem que tal descumprimento seja sanado pela Emissora e/ou pelos Fiadores no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado do respectivo descumprimento;
- (b) caso esta Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia ou qualquer disposição relevante da Emissão seja revogada, rescindida, torne-se nula ou deixe de estar em pleno efeito ou vigor, em virtude de questionamento ou decisão judicial, sentença ou acórdão transitado em julgado (ou instituto jurídico de mesma natureza na jurisdição aplicável);
- (c) inadimplemento, observado o prazo de cura aplicável nos respectivos instrumentos, de obrigações pecuniárias da Emissora e dos Fiadores, decorrentes de quaisquer empréstimos, dívidas e/ou outros instrumentos de captação de recursos realizada no mercado financeiro ou de capitais, no Brasil ou no exterior, em montante unitário ou agregado superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou o seu equivalente em outras moedas, salvo se a Emissora e/ou os Fiadores comprovarem, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data do não pagamento, ou até o final do período de cura aplicável para as respectivas obrigações (se o período for superior a este prazo acima mencionado), que referido não pagamento: (i) foi sanado; ou (ii) teve seus efeitos suspensos por meio de qualquer medida judicial ou arbitral;
- (d) inadimplemento, observado o prazo de cura aplicável nos respectivos instrumentos, de obrigações pecuniárias da Emissora e/ou dos Fiadores, decorrentes de quaisquer dívidas e/ou outros instrumentos de captação de recursos realizada no mercado financeiro ou de capitais, no Brasil ou no exterior, firmados com qualquer dos Debenturistas, ou qualquer sociedade pertencente ao seu grupo econômico ou fundo gerido ou administrado por sociedade pertencente ao seu grupo econômico;

pl

ne

- (e) vencimento antecipado de quaisquer dívidas e/ou obrigações pecuniárias, que não sejam decorrentes da presente Escritura de Emissão, devidas ou que estejam sujeitas a Emissora e/ou os Fiadores, decorrentes de quaisquer dívidas e/ou outros instrumentos de captação de recursos realizada no mercado financeiro ou de capitais, no Brasil ou no exterior, em montante unitário ou agregado superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou o seu equivalente em outras moedas;
- (f) vencimento antecipado de quaisquer dívidas e/ou obrigações pecuniárias da Emissora e/ou dos Fiadores, decorrentes de quaisquer dívidas e/ou outros instrumentos de captação de recursos realizada no mercado financeiro ou de capitais, no Brasil ou no exterior, firmados com qualquer dos Debenturistas, ou qualquer sociedade pertencente ao seu grupo econômico ou fundo gerido ou administrado por sociedade pertencente ao seu grupo econômico;
- (g) distribuição e/ou pagamento, pela Emissora, de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a Emissora e/ou os Fiadores estiverem inadimplentes ou em mora com relação a qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (h) apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial, de autofalência ou o pedido, por terceiros, de falência ou insolvência civil, independentemente do deferimento do respectivo pedido, ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela(s) ou decretado contra a Emissora e/ou Fiadores, no caso de pedido de falência requerido por terceiro, desde que não seja elidido dentro do prazo legal;
- (i) descumprimento de qualquer um dos incisos indicados no item 4.16.2.15. acima;
- (j) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;
- (k) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa daquela descrita no item "3.5 – Destinação dos Recursos" acima;

pl

P

see

Ⓟ

- (l) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, de qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- (m) redução do capital social da Emissora nas hipóteses previstas no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, sem prévia aprovação dos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;
- (n) não realização do Resgate Antecipado Obrigatório conforme estabelecido no item 4.20 desta Escritura de Emissão; e
- (o) não realização da recomposição do Índice de Garantia Real conforme prazos e procedimentos previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações.

5.1.2. Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático: Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados neste item 5.1.2. não sanados no prazo de cura, quando aplicável, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas nos termos do item 5.4. abaixo, para deliberar sobre a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures, a qual ficará condicionada à entrega de notificação nesse sentido pelo Agente Fiduciário à Emissora, observado o disposto nos itens abaixo ("Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático"):

- (a) descumprimento, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, de quaisquer obrigações não pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, desde que não sanadas no prazo de cura específico, caso haja, ou em não havendo prazo de cura específico, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis do referido descumprimento;
- (b) ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil;
- (c) protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou os Fiadores, em montante unitário ou agregado superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou o seu equivalente em outras moedas, que não seja sanado no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da ocorrência do protesto, exceto se comprovado ao Agente Fiduciário pela Emissora que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado, (ii) o protesto foi cancelado, ou, ainda, (iii) foram prestadas garantias em juízo, pela Emissora e/ou Fiadores, e aceitas pelo Poder Judiciário;

pl

~

me

- (d) não cumprimento, nos prazos legais aplicáveis, de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado, condenação administrativa ou arbitral definitivas em face da Emissora e/ou da Fiadora, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais);
- (e) concessão de mútuos, empréstimos, adiantamentos ou quaisquer espécies de crédito pela Emissora a qualquer outra pessoa que não seja (i) qualquer dos Fiadores; ou (ii) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora e/ou pelos Fiadores;
- (f) mudança do controle acionário, conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, direto ou indireto da Emissora, exceto (i) nos casos de sucessão causa mortis, (ii) doação das ações pelo(s) atual(is) controlador(es) para seus herdeiros necessários, (iii) se previamente aprovado por Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme previsto na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão; (iv) por alterações do controle acionário direto, desde que o controle indireto permaneça inalterado;
- (g) cisão, fusão, incorporação (incluindo incorporação de ações) ou outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, exceto (a) se previamente aprovadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, observado o quórum de deliberação estabelecido nesta Escritura de Emissão ou (b) se for garantido o direito de resgate aos Debenturistas que não concordarem com referida cisão, fusão ou incorporação (inclusive incorporação de ações);
- (h) alteração do atual objeto social disposto no ato constitutivo da Emissora que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas;
- (i) caso a Fiança seja revogada, rescindida, se torne inexecutável, nula ou, por qualquer razão, deixar de estar válida e em vigor, sem que tal efeito seja sanado em até 15 (quinze) Dias Úteis, contados do evento que ensejou a revogação, rescisão, inexecutabilidade, nulidade ou invalidade;
- (j) provarem-se falsas ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pelos Fiadores no âmbito da Emissão;



- (k) revelarem-se incorretas em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pelos Fiadores no âmbito da Emissão; e
- (l) ocorrência de eventos que possam afetar a capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora e/ou dos Fiadores ou deteriorar as Garantias Reais, resultando em um Impacto Adverso Relevante para a Emissora e/ou os Fiadores, entendendo-se, para essa finalidade, como Impacto Adverso Relevante, os impactos adversos nas atividades da Emissora, dos Fiadores e/ou da Totvs que afete a capacidade da Emissora e/ou dos Fiadores em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, decorrentes desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer outra dívida que, se vencida e não paga, possa acarretar o vencimento antecipado das Debêntures.

5.3. Os valores mencionados nas alíneas "c" e "e" do item 5.1. e "c" e "d" do item 5.2. acima serão reajustados ou corrigidos pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM ("IGP-M"), desde a Data de Emissão até a data de verificação das hipóteses previstas nas referidas alíneas.

5.4. Observados os prazos de cura, quando aplicáveis, na hipótese de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado Não Automático, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência do referido evento, para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula Oitava abaixo, que poderá optar, por deliberação de Debenturistas que representem no mínimo 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar vencidas antecipadamente as Debêntures.

5.5. Na hipótese (a) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 5.4. acima por falta de quórum, após segunda convocação, ou (b) de não ser alcançado o quórum mínimo para deliberação na segunda convocação acerca da não declaração de vencimento antecipado, conforme estabelecido no item 5.4. acima, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, mediante imediato envio de notificação à Emissora neste sentido.

5.6. O pagamento dos valores mencionados no item 5.1. acima será realizado pela Emissora em até 2 (dois) Dias Úteis contados da comunicação escrita a ser enviada pelo Agente Fiduciário à

pl

P

me

0

Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

5.7. A Emissora, juntamente com o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP sobre o pagamento de que trata o item 5.6. acima, com, no mínimo, 1 (um) Dia Útil de antecedência.

#### **CLÁUSULA SEXTA** **DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

6.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis a partir da data do recebimento da respectiva solicitação, qualquer informação que seja solicitada para a defesa dos interesses dos Debenturistas, observada a legislação aplicável e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora, a critério da Emissora;
- (b) fornecer ao Agente Fiduciário informações a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 5.1. acima, no prazo de 1 (um) Dia Útil após a sua ocorrência;
- (c) manter-se adimplente com relação a todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Emissão, exceto aqueles objeto de contestação administrativa ou judicial;
- (d) preparar demonstrações financeiras, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM, submetendo-as à revisão de empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (e) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (f) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (g) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de

*pb*

*A*

*me*

*⊕*

computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento de seu exercício social, e manter tais demonstrações financeiras em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo mínimo de 3 (três) anos contados de sua disponibilização;

- (h) enviar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo para divulgação previsto na alínea (h) acima, (i) as referidas demonstrações financeiras completas e auditadas da Emissora, relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores; e (ii) declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão, (b) acerca da não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social;
- (i) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, comunicando imediatamente o Coordenador Líder e o Agente Fiduciário ("Instrução CVM 358");
- (j) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviço necessários à manutenção das Debêntures, incluindo, sem limitação, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário, e os sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário;
- (k) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, desde que, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (l) manter rigoroso cumprimento, em seus aspectos relevantes, ao disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e

fb

r

me

regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social;

- (m) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (n) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, incluindo, mas não se limitando, cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476, inclusive com envio de documentos, se for o caso prestando, ainda, todas as informações que lhes forem solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- (o) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro e cumprir o disposto no art. 17 da Instrução CVM nº 476;
- (p) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição e dos Contratos de Garantia e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e lá previstas;
- (q) comunicar, em até 2 (dois) Dias Úteis, o Agente Fiduciário e autoridades cabíveis a respeito da ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de cumprir pontualmente suas obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os titulares das Debêntures;
- (r) notificar, em até 2 (dois) Dias Úteis, o Agente Fiduciário sobre a convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas pela Emissora;
- (s) comparecer, por meio de seus representantes, às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- (t) manter, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM, em caso de processo administrativo, todos os documentos e informações exigidos nos termos da Instrução CVM nº 476;

pb

P

me



- (u) cumprir e manter válidas todas as declarações pactuadas no presente instrumento;
- (v) enviar o organograma societário, dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM nº 28, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório anual na CVM. O organograma do grupo societário da Emissora deverá conter os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e informações sobre o bloco de controle, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social;
- (w) manter lista contendo os seguintes itens exigidos pelo artigo 7º-A, parágrafo segundo, da Instrução CVM nº 476: (a) o nome das pessoas procuradas no âmbito da Emissão ("Potenciais Investidores"); (b) o número do Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) dos Potenciais Investidores; (c) a data em que os Potenciais Investidores foram procurados; e (d) a decisão dos Potenciais Investidores em relação à Emissão;
- (x) manter, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM, em caso de processo administrativo, todos os documentos e informações exigidos pela Instrução CVM 476. Os documentos e informações a que se refere o presente item podem ser guardados em meios físico ou eletrônico, admitindo-se a substituição de documentos pelas respectivas imagens digitalizadas; e
- (y) comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer hipótese de Resgate Antecipado Obrigatório dentro de 3 (três) Dias Úteis contados de sua ocorrência.

6.1.1. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente

pb

A

me

Fiduciário.

6.2. Cada um dos Fiadores está adicionalmente obrigado a:

- (a) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de ciência, prestar informações ao Agente Fiduciário a respeito da ocorrência de qualquer hipótese de vencimento antecipado indicada no item 5.1. acima;
- (b) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de recebimento, enviar cópia ao Agente Fiduciário de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida e que seja relacionada a qualquer hipótese de vencimento antecipado indicada no item 5.1. acima;
- (c) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de ciência, prestar ao Agente Fiduciário informações a respeito da ocorrência de qualquer evento que possa, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, de qualquer das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (d) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de ciência, prestar ao Agente Fiduciário informações a respeito da ocorrência de qualquer evento que faça com que as suas demonstrações financeiras consolidadas não mais reflitam sua real condição econômica e financeira;
- (e) no prazo de até 2 (dois) dias corridos contados da data de recebimento da respectiva solicitação, prestar informações e/ou disponibilizar documentos que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário;
- (f) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição, e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e lá previstas;
- (g) comparecer, por meio de seus representantes, às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada; e
- (h) cumprir e manter válidas todas as declarações pactuadas no presente instrumento,



A



na medida em que lhes sejam aplicáveis.

6.2.1. As obrigações listadas neste item 6.2, quando cumpridas por qualquer dos Fiadores, em nome próprio e por conta e ordem dos demais Fiadores, deverão ser automaticamente consideradas cumpridas, com exceção do disposto no item (f), hipóteses em que o cumprimento deverá ocorrer de forma individual.

### **CLÁUSULA SÉTIMA DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

7.1. A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão, a **PENTÁGONO S.A. – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

7.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized signature and several smaller initials.

- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão;
- (j) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto;
- (k) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro; e
- (l) além da presente Emissão, que não atua, nesta data, como agente fiduciário, em outras emissões de debêntures da Emissora e de sociedades integrantes do mesmo grupo econômico da Emissora.

7.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição ou, caso ainda restem obrigações inadimplidas da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas.

7.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, parcelas anuais de R\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais) ("Remuneração do Agente Fiduciário"), sendo a primeira parcela devida até o 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes.

7.4.1. As parcelas citadas no item 7.4. supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a

pb

P

me

substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas pro rata die, se necessário.

7.4.2. As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;

7.4.3. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos estarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*;

7.4.4. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

7.4.5. O pagamento da Remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

7.4.6. A remuneração prevista nas cláusulas acima não inclui as despesas com publicações em geral, notificações, transporte, alimentação, custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à emissão, extração de certidões extração de certidões, despesas cartorárias, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, viagens, alimentação, transportes e estadias, necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome e acompanhadas de cópia dos respectivos comprovantes, ou reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

7.4.7. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os

pb

P

me 0

interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas e razoavelmente incorridas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

7.4.8. O Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter quaisquer das despesas por ele incorridas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive, mas não se limitando àquelas descritas nos itens 7.4.6. e 7.4.7. acima, reembolsadas pela Emissora caso não tenham sido previamente por ela aprovadas e realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero, e (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

7.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;



P



- (e) promover, nos órgãos competentes, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP, sem prejuízo da ocorrência de descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades de que tenha conhecimento;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, às expensas da Emissora;
- (h) solicitar, quando considerar necessário e desde que justificada, às expensas da Emissora, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, nos termos desta Escritura de Emissão, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, às expensas desta;
- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios anuais destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
  - (I) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou

plw

P

me

atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

- (II) alterações estatutárias ocorridas no período;
- (III) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
- (IV) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (V) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (VI) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (VII) relação dos bens e valores entregues à administração do Agente Fiduciário;
- (VIII) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- (IX) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
  - (A) denominação da companhia ofertante;
  - (B) valor da emissão;
  - (C) quantidade de debêntures emitidas;
  - (D) espécie;
  - (E) prazo de vencimento das debêntures;

pb

P

me 0



- (F) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
- (G) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (X) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- (I) divulgar as informações referidas no item (IX) do inciso (k) acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
- (m) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso (k) acima aos Debenturistas até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
  - (I) na sede da Emissora;
  - (II) na sede do Agente Fiduciário;
  - (III) na CVM;
  - (IV) na CETIP; e
  - (V) na sede do Coordenador Líder.
- (n) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, a

ph

~

me

CETIP, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição da titularidade das Debêntures;

- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (q) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais de publicação da Emissora, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomou ciência do evento a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (r) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (s) disponibilizar aos Debenturistas e demais participantes do mercado, em sua central de atendimento e/ou *website* o valor nominal unitário das Debêntures, conforme calculado pela Emissora em conjunto com o Agente Fiduciário; e
- (t) acompanhar com o Banco Liquidante em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão.

7.6. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico, exceto pela verificação da regular constituição dos referidos documentos, conforme previsto na Instrução CVM 28, e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para basear suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

7.7. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer

bl

P

me

documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da presente Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação.

7.8. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que (i) criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles e/ou (ii) relacionados ao devido cumprimento pela Emissora das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

7.9. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato cuja decisão seja de competência dos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas por estes. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

7.10. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) executar as Garantias Reais, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora;
- (d) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e



P



- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

7.10.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "d" acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação unânime da totalidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembleia Geral de Debenturistas quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "e" acima.

7.11. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez inteiros por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não resultará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

7.11.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora para que esta comunique aos Debenturistas, mediante convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, pedindo sua substituição.

7.11.2. É facultado aos Debenturistas após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

7.11.3. Caso ocorra à efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração paga ao Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da

pb

P

me

data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

7.11.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

7.11.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrada nos termos desta Escritura de Emissão.

7.11.5.1 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 4.14. acima.

7.11.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

#### **CLÁUSULA OITAVA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

8.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

8.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez inteiros por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

8.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

8.4. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

lola

A

me

8.5. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

8.6. Para efeito da constituição do quórum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula Oitava, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges.

8.6.1. Para efeitos de quórum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

8.7. Será obrigatória a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pela Emissora, enquanto que nas assembleias convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Emissora será facultativa, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória.

8.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.9. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos demais Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.10. Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, inclusive: (i) com relação a alterações nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão que não apresentem outro quórum específico; (ii) perdão e/ou renúncia temporária a qualquer das hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas no item 5.1. acima; (iii) modificação dos quóruns de deliberação estabelecidos nesta Cláusula Oitava; (iv) alteração das obrigações adicionais da Emissora estabelecidas na Cláusula Sexta; (v) alteração das obrigações do Agente Fiduciário, estabelecidas na Cláusula Sétima; e/ou (vi) alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas nesta Cláusula Oitava.

bb

P

me

8.11. As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures dependerão da aprovação da Emissora e dos Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente: (i) a Remuneração das Debêntures; (ii) a Data de Pagamento da Remuneração; (iii) o prazo de vencimento das Debêntures; (iv) alteração de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas no item 5.1. acima; e/ou (v) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures.

8.12. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

8.13. Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

#### **CLÁUSULA NONA** **DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DAS GARANTIDORAS**

9.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

*pb*

*p*

*me*

- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (A) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (B) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (C) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012, representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (f) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.5. desta Escritura de Emissão;
- (g) está cumprindo, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (h) exceto por aqueles mencionados nas suas demonstrações financeiras, a Emissora não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora;
- (i) as informações e declarações contidas nesta Escritura de Emissão em relação à Emissora e à Oferta Restrita, conforme o caso, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada;

ph

p

ne o



- (j) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (k) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI-Over, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé;
- (l) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil;
- (m) não é necessária autorização regulatória para celebração desta Escritura de Emissão e para realização da Emissão e da Oferta Restrita;
- (n) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis ao exercício de suas atividades, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente;
- (o) está, assim como suas controladas, em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (p) possui válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, aplicáveis ao regular exercício de suas atividades; e
- (q) inexistência de violação ou indício de violação a qualquer dispositivo legal ou regulatório, nacional ou estrangeiro, relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.846/13 e a U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977 e o UK Bribery Act 2010, conforme aplicável, pela Emissora ou pelos Fiadores.

*bl*

*p ne d*

9.2. Cada um dos Fiadores, individual e não solidariamente, neste ato declara e garante que:

- (a) a celebração desta Escritura de Emissão e a assunção das obrigações nesta previstas, bem como a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (b) cumprirá todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (c) as informações e declarações contidas nesta Escritura de Emissão a seu respeito e em relação à Oferta Restrita, conforme o caso, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada;
- (d) esta Escritura de Emissão constitui obrigações legais, válidas, eficazes e vinculativas, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro, sendo que os Fiadores obtiveram as outorgas uxórias dos respectivos cônjuges necessárias para prestação a Fiança; e
- (e) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé.

9.3. A Emissora e os Fiadores, conforme o caso, comprometem-se a notificar em até 2 (dois) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

**CLÁUSULA DÉCIMA  
DAS NOTIFICAÇÕES**

pb

P me @

10.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**

**LC – EH Participações e Empreendimentos S.A.**

Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 454 – 7º Andar – Conjunto 71, Sala 02, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP

CEP: 04544-051

At.: Rodrigo Sanches Marcon

Telefone: (11) 3080-1500

E-mail: notificacao@lceh.com.br

**Para o Agente Fiduciário:**

**Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**

Avenida das Américas, 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304 – Barra da Tijuca

Rio de Janeiro – RJ

CEP: 22640-102

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro / Sra. Marcelle Motta Santoro / Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

E-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

**Para os Fiadores:**

Se para o Sr. Ernesto:

Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 454 – 7º Andar – Conjunto 71, Sala 02, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP

CEP: 04544-051 At.: Rodrigo Sanches Marcon

Telefone: (11) 3080-1500

E-mail: ernesto@tieducacional.com.br

Se para o Sr. Laercio:



Rua Ministro Jesuino Cardoso, 454 – 7º Andar – Conjunto 71, Sala 02, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP,  
CEP: 04544-051  
At.: Rodrigo Sanches Marcon  
Telefone: (11) 3080-1500  
E-mail: lcosentino@lceh.com.br

**Para o Escriturador Mandatário:**

Itaú Corretora de Valores S.A.  
Endereço Av Brigadeiro Faria Lima, 3500, 3º Andar  
São Paulo - SP  
CEP 04538-132  
At.: Luiz André Negrin Petito  
Tel.: (11) 2740-2596  
E-mail: [escrituracaorf@itau-unibanco.com.br](mailto:escrituracaorf@itau-unibanco.com.br)

**Para a CETIP:**

**CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º1.663, 4º andar, Jardim Paulistano  
São Paulo – SP  
CEP: 01452-001  
At.: Gerência de Valores Mobiliários  
Telefone: (11) 3111-1596  
E-mail: [valores.mobiliarios@cetip.com.br](mailto:valores.mobiliarios@cetip.com.br)

10.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas ou e-mail serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os originais dos documentos enviados por e-mail deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem.

10.2.1. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser imediatamente comunicada às demais partes.

ph

P me q

## **CLÁUSULA ONZE DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

11.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

11.5. A Emissora e os Fiadores não poderão alienar ou ceder esta Escritura de Emissão, no todo ou em parte, ou qualquer direito ou obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, sem o consentimento prévio da totalidade dos Debenturistas.

11.6. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.7. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.



11.8. Desde que devidamente comprovados, correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a Oferta Restrita, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e dos demais prestadores de serviços, bem como aqueles relacionados às Debêntures.

11.9. Qualquer modificação aos termos e condições desta Escritura de Emissão, bem como dos demais documentos da Emissão, será eficaz apenas mediante sua formalização por meio de aditamento a ser firmado por todas as Partes. Todos os aditamentos à presente Escritura de Emissão deverão ser registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo e da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, bem como arquivados na JUCESP, de acordo com o artigo 62, inciso II e parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

11.10. As Partes concordam que a presente Escritura de Emissão, assim como os demais documentos da Emissão poderão ser alterados, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas, sempre que e somente (i) quando tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, ANBIMA, Bovespa ou da CETIP; (ii) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; ou ainda (iii) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.

## **CLÁUSULA DOZE DO FORO**

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora, o Agente Fiduciário e os Fiadores, em 5 (cinco) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 19 de junho de 2015.

*[O restante da página foi deixado intencionalmente em branco.]*

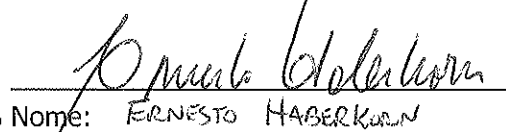


*Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da LC – EH Participações e Empreendimentos S.A.*

**LC – EH PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.**



Nome: LAÉRCIO JOSÉ DE LUCENA LOBATO  
Cargo: DIRETOR GERAL



Nome: ERNESTO HABERKORN  
Cargo: DIRETOR DE OPERAÇÕES

*Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da LC – EH Participações e Empreendimentos S.A.*

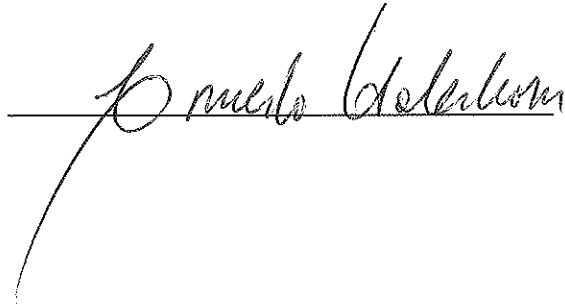
**PENTÁGONO S.A. – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: Ana Beatriz Mendes Ribeiro  
Procuradora



*Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da LC – EH Participações e Empreendimentos S.A.*

**ERNESTO MARIO HABERKORN**

A handwritten signature in black ink, reading "Ernesto Haberkorn", is written over a horizontal line. The signature is fluid and cursive, with a long, sweeping underline that extends to the left.

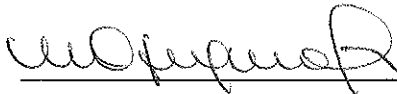
*Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da LC – EH Participações e Empreendimentos S.A.*

**LAERCIO JOSE DE LUCENA COSENTINO**



Vênia conjugal para prestação da Fiança:

**MARIA CÂNDIDA JUNQUEIRA NUNES COSENTINO**



*Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, sob Regime de Garantia Firme, da LC – EH Participações e Empreendimentos S.A.*

**Testemunhas**

1.

Nome: Rodrigo SANCHES MARCON  
CPF: 299.976.838-97  
RG: 33.467.047-X SSP/SP

2.

Nome: Alex Rogério de Paula  
CPF: 25.420.395-4 SSP/SP  
RG: CPF: 249.340.308-83

